

Slat Gestora de Recursos e Consultoria Ltda.

Política de Conheça seu Cliente e Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

Para fins de cumprimento aos requisitos para credenciamento da Slat Gestora de Recursos e Consultoria Ltda. junto à Comissão de Valores Mobiliários como administradora de carteiras de valores mobiliários, notadamente na categoria gestora de recursos, informamos que as regras e procedimentos adotados relativos à Política de Conheça seu Cliente e Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro encontram-se previstas em nossa Política de Regras, Procedimentos e Controles Internos (*Compliance*), conforme segue.

Slat Gestora de Recursos e Consultoria Ltda.

Política de Regras, Procedimentos e Controles Internos
(Compliance)

Julho/2023

Política de Regras, Procedimentos e Controles Internos **(Compliance)**

Introdução

A Slat Gestora de Recursos e Consultoria Ltda. foi fundada em 08 de dezembro de 2022 na forma de sociedade unipessoal ("Slat Gestora").

A Slat Gestora concentrará suas atividades na gestão de Fundos de Investimento em Participações e atuará preponderantemente no segmento de Corporate Venture Capital. Os FIP sob gestão da Slat Gestora, por seu turno, terão foco no investimento em sociedades limitadas, companhias de capital fechado, inclusive em sociedades de propósito específico, conforme venha a ser definido nas políticas de investimento e demais disposições dos regulamentos dos FIP.

Esta Política de Regras, Procedimentos e Controles Internos ("Política") da Slat Gestora foi preparada de acordo com a legislação em vigor, em especial atenção ao Ofício Circular/CVM/SIN/Nº 05/2014 e a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 21"), a Resolução CVM 50, de 31 de outubro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 51") e Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, conforme alterada ("Lei nº 9.613").

Esta Política prevê atividades cuja coordenação direta e acompanhamento são de responsabilidade do Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos, conforme eleito nos atos constitutivos da Slat Gestora para desempenhar a função de Diretor de *Compliance* e de Gestão de Riscos.

Desta forma, a presente política traz as principais regras, procedimentos e responsabilidades do Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos, conforme as previsões legais e regulamentares, especialmente a Resolução CVM 21 e Resolução CVM 50.

A Slat Gestora irá preparar e manter versões atualizadas desta Política em seu website (<http://www.slatventures.com>), em conjunto com os seguintes documentos: (i) Formulário de Referência; (ii) Código de Ética; (iii) Política de Investimentos Pessoais; (iv) Política de Gestão de Riscos; (v) Política de Rateio e Divisão de Ordens; e (vi) Política de Seleção e Alocação de Ativos.

Todos os Colaboradores (conforme abaixo definidos) são responsáveis pelo cumprimento das disposições desta Política. Qualquer violação das políticas da Slat Gestora pode resultar em ação disciplinar, sendo certo que referidas violações deverão ser e serão reportadas ao Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos imediatamente após sua ciência.

Todos os Colaboradores devem aceitar expressamente a esta Política por meio da assinatura do Termo de Comprometimento constante no Anexo I.

A presente Política contém, entre seus controles internos e os deveres do Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos, as seguintes políticas internas da Slat Gestora ("Políticas de Compliance"), descritas no Item 3 desta Política:

- Política de Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa ("PLD/FTP");
- Política de Conheça Seu Cliente (*Know Your Client*);
- Política de Segurança e Sigilo das Informações;
- Política de Segurança Cibernética;
- Plano de Contingência e de Continuidade de Negócios; e
- Política de Contratação de Terceiros em Nome dos Fundos de Investimento.

Abrangência

As informações contidas nesta Política aplicam-se aos sócios da Slat Gestora, administradores, funcionários, assistentes, estagiários, prestadores de serviços, demais prepostos e colaboradores da Slat Gestora ("Colaboradores"). Os Colaboradores são pessoalmente responsáveis pela leitura, compreensão e cumprimento integral das disposições desta Política, aderindo a ela expressamente e por escrito por meio do Termo de Comprometimento do Colaborador constante no Anexo I à presente Política.

O entendimento e fiel cumprimento do disposto nesta Política é de responsabilidade de todos os Colaboradores. Qualquer violação ética de conduta, políticas e procedimentos poderá resultar em ações disciplinares, término do contrato de trabalho e, quando cabível, o encaminhamento às autoridades governamentais e organizações de autorregulamentação competentes. Tais violações deverão ser imediatamente reportados ao Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos por qualquer Colaborador que tome ciência de uma ou mais violações, imediatamente após a ciência, podendo referido Colaborador, caso não o faça, responder por violação aos termos desta Política.

Índice

1	DIRETOR DE COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS	6
2	AMBIENTE REGULATÓRIO	6
3	POLÍTICAS DE COMPLIANCE E PROCEDIMENTOS	7
3.1	POLÍTICA DE COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO, AO FINANCIAMENTO AO TERRORISMO E AO FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA	7
3.2	PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E LEIS ANTICORRUPÇÃO	8
3.3	POLÍTICA DE CONHEÇA SEU CLIENTE (KNOW YOUR CLIENT)	10
3.3.1	CADASTRO, ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE CLIENTES E IDENTIFICAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS FINAIS	10
3.3.2	PESSOAS EXPOSTAS POLITICAMENTE	12
3.3.3	MONITORAMENTO DE OPERAÇÕES	14
3.3.4	ANÁLISE DE OPERAÇÕES ATÍPICAS	15
3.3.5	COMUNICAÇÃO DE OPERAÇÕES SUSPEITAS	18
3.3.6	PROVIDÊNCIAS DECORRENTES DE RESOLUÇÕES DO CSNU	19
3.3.7	MONITORAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇO E TERCEIROS	20
3.4	POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	21
3.5	POLÍTICA DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA	25
3.6	PLANO DE CONTINGÊNCIA E CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS	26
3.6.1	RISCOS POTENCIAIS	26
3.6.2	PLANOS DE CONTINGÊNCIA	26
3.7	POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS EM NOME DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO	27
3.8	PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO TREINAMENTO DE COLABORADORES	28
4	DEVERES DO DIRETOR DE COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS	29
5	CONFLITOS DE INTERESSE	30
6	DISPOSIÇÕES GERAIS	33

1 Diretor de Compliance e Gestão de Riscos

A Slat Gestora possui um Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos, com autonomia estatutária e independência em relação aos demais diretores da sociedade, de forma a assegurar o eficaz cumprimento das disposições desta Política. O Diretor de *Compliance* não se envolverá em funções relacionadas à administração de carteiras de valores mobiliários, à distribuição ou a qualquer atividade que limite a sua independência. Adicionalmente, o Diretor de *Compliance* não está subordinado diretamente a nenhum diretor.

O Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos será responsável pela elaboração, divulgação e atualização desta Política de *Compliance*. Caberá ao Diretor orientar os Colaboradores quanto ao disposto nesta Política, bem como a qualquer outra política da sociedade.

Ainda, o Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos será responsável pela aplicação de sanções decorrentes de práticas ilícitas que tenham sido devidamente comprovadas após o devido procedimento de averiguação. O suspeito de realizar atos ilícitos terá amplo direito de defesa.

2 Ambiente Regulatório

O Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos é responsável pelo acompanhamento das mudanças na regulamentação existente, atualizando políticas e procedimentos conforme verificar ser necessário.

Adicionalmente, o Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos informará aos Colaboradores sobre quaisquer alterações relevantes feitas nas políticas, disponibilizando e aplicando, inclusive, treinamentos de *compliance* aos Colaboradores.

O ambiente regulatório no qual a Slat Gestora está inserida exige o monitoramento das seguintes entidades: **(i)** Conselho Monetário Nacional ("CMN"); **(ii)** Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); **(iii)** Banco Central do Brasil ("BCB"); **(iv)** Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"); e **(v)** Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC").

As Principais regras aplicáveis às atividades da Slat Gestora são:

- a. Resolução CVM 21;
- b. Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada;
- c. Resolução CVM 50;
- d. Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2019;
- e. Ofício-Circular/CVM/SIN/Nº 05/2014;

- f. Lei nº 9.613; e
- g. O Código ART - Código de Administração de Recursos de Terceiros.

3 Políticas de Compliance e Procedimentos

A Slat Gestora conduz seus negócios a partir dos mais altos padrões éticos e profissionais.

Em linha com esse posicionamento e visando a sempre manter tais padrões, foram aprovados procedimentos que abrangem a todos os Colaboradores, levando em consideração a extensão de suas atribuições, competências e responsabilidades.

Os principais procedimentos são, sinteticamente: **(i)** o Código de Ética da Slat Gestora que resume, sem prejuízo do previsto nos demais códigos, políticas e manuais da Slat Gestora, os principais valores, princípios e práticas de negócio que guiam a conduta da empresa, além de representar um guia básico para orientar os Colaboradores com relação às exigências éticas mínimas esperadas no dia a dia; e **(ii)** a observância dos mandatos acordados com os investidores, sempre garantindo o tratamento equânime entre eles, em especial no momento da tomada de decisão sobre os investimentos e os desinvestimentos.

Nesse sentido, o Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos controla as atividades desempenhadas pelo Diretor de Gestão de Carteiras e verifica a alocação de fundos e carteiras dentro dos parâmetros das políticas de investimento dos fundos e a alocação equitativa de investimentos de acordo com a Política de Rateio e Distribuição de Ordens.

3.1 Política de Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento ao Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa ("PLD/FTP")

Em atendimento ao disposto na Lei nº 9.613, de acordo com a Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, a Carta-Circular nº 4.001, de 29 de janeiro de 2020, do BCB, bem como a Resolução CVM 50 e o Ofício Circular nº 5/2015/SIN/CVM, a Slat Gestora toma as medidas adequadas para assegurar a prevenção, detecção e comunicação imediata às autoridades competentes sobre quaisquer suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo no desempenho de suas atividades.

Todos os Colaboradores têm a obrigação de zelar pela integridade dos negócios da Slat Gestora, devendo, para tanto, apoiar iniciativas de detecção e prevenção de corrupção, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa.

Qualquer Colaborador que descumprir as obrigações de PLD/FTP estará sujeito a medidas disciplinares, incluindo desligamento da sociedade no caso de sócio, demissão no caso de um funcionário, ou ao término do relacionamento comercial no caso de um prestador de serviços terceirizado.

Todos os Colaboradores deverão apresentar às autoridades competentes todos os relatórios exigidos pela legislação em vigor, juntamente com todas as informações obtidas em investigações internas relacionadas com suspeitas de PLD/FTP.

3.2 Prevenção e Combate à Corrupção e Leis Anticorrupção

A Slat Gestora está sujeita às leis e demais regulações anticorrupção, incluindo, entre outras, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, o Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, e a Resolução CVM 50 ("Regras Anticorrupção"), incluindo a observância de diretrizes do Guia da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") de PLD/FTP, sendo responsável pelo constante monitoramento de operações que se enquadrem em algum dos cenários a seguir dispostos:

- (i) situações em que não seja possível manter atualizadas as informações cadastrais de seus Clientes;
- (ii) situações em que não seja possível identificar o Beneficiário Final da transação;
- (iii) situações em que as diligências a serem realizadas no processo de conhecimento dos Clientes (*KYC*) não possam ser concluídas;
- (iv) operações cujos valores se afigurem objetivamente incompatíveis com a ocupação profissional, os rendimentos ou a situação patrimonial ou financeira de qualquer das partes envolvidas, tomando-se por base as informações cadastrais respectivas;
- (v) situações em que há incompatibilidade da atividade econômica, do objeto social ou do faturamento informados com o padrão operacional apresentado por Clientes com o mesmo perfil;
- (vi) operações realizadas entre as mesmas partes ou em benefício das mesmas partes, nas quais seguidos ganhos tenham sido auferidos ou seguidas perdas tenham sido sofridas no que se refere a algum dos envolvidos;
- (vii) operações que evidenciem oscilação significativa em relação ao volume ou frequência de negócios de qualquer das partes envolvidas;

- (viii)** operações cujos desdobramentos contemplem características que possam constituir artifício para burla da identificação dos efetivos envolvidos e beneficiários respectivos;
- (ix)** operações cujas características e desdobramentos evidenciem atuação, de forma contumaz, em nome de terceiros;
- (x)** operações que evidenciem mudança repentina e objetivamente injustificada relativamente às modalidades operacionais usualmente utilizadas pelo(s) envolvido(s);
- (xi)** operações cujo grau de complexidade e risco se afigurem incompatíveis com (a) o perfil do Cliente ou de seu representante, nos termos da regulamentação específica que dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do Cliente; e (b) com o porte e o objeto social do Cliente;
- (xii)** operações realizadas com a aparente finalidade de gerar perda ou ganho para as quais falte, objetivamente, fundamento econômico ou legal;
- (xiii)** transferências privadas, sem motivação aparente, de recursos e de valores mobiliários;
- (xiv)** depósitos ou transferências realizadas por terceiros, para a liquidação de operações de Cliente, ou para prestação de garantia em operações nos mercados de liquidação futura;
- (xv)** pagamentos a terceiros, sob qualquer forma, por conta de liquidação de operações ou resgates de valores depositados em garantia, registrados em nome do Cliente;
- (xvi)** operações realizadas fora de preço de mercado;
- (xvii)** operações e situações relacionadas a pessoas suspeitas de envolvimento com atos terroristas; e
- (xviii)** operações com a participação de pessoas naturais, pessoas jurídicas ou outras entidades que residam, tenham sede ou sejam constituídas em países, jurisdições, dependências ou locais (a) que não aplicam ou aplicam insuficientemente as recomendações do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo ("GAFI"), e (b) com tributação favorecida e submetidos a

regimes fiscais privilegiados, conforme normas editadas pelas autoridades competentes.

O descumprimento das Regras Anticorrupção por qualquer Colaborador pode resultar em sanções cíveis, criminais e administrativas contra para a Slat Gestora e/ou seus Colaboradores.

3.3 Política de Conheça seu Cliente (Know Your Client)

O processo de Conheça Seu Cliente ("*Know Your Client*" ou "*KYC*") da Slat Gestora é prévio à admissão do potencial investidor nos fundos de investimento sob gestão da Slat Gestora, sendo que referido processo se inicia com a análise de documentos e questionários de avaliação preparados justamente para esse fim.

Com o decorrer da análise de KYC, os funcionários responsáveis deverão reportar ao Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos qualquer informação suspeita. O Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos, por sua vez, deve encaminhar todos os relatórios exigidos pela legislação em vigor às autoridades competentes caso qualquer transação suspeita seja verificada.

3.3.1 Cadastro, atualização de informações de Clientes e identificação de beneficiários finais

A Slat Gestora mantém registro atualizado, em meio eletrônico, de todas as informações e documentos para identificação dos clientes com os quais a instituição mantém relacionamento direto (individualmente, "Cliente"), identificando-se os beneficiários finais, pessoa(s) física(s) que possuam, controlem ou influenciem significativamente¹, direta ou indiretamente, investidor com relacionamento direto com a gestora, em nome do qual uma transação esteja sendo conduzida ou dela se beneficie (respectivamente, "Cadastro" e "Beneficiário Final"), exceptuando-se, quanto à obrigação de identificação da pessoa natural caracterizada como Beneficiária Final:

- companhias abertas no Brasil;
- fundos e clubes de investimento registrados não exclusivos e cujas decisões não são pautadas com os cotistas, nos termos do §2, II, "b", do art. 13 da Resolução CVM 50;
- instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo BCB;

¹ Influência significativa, nos termos desta política, e consoante Resolução 50 da CVM, é a situação de pessoa natural, controlador ou não, que exerce influência de fato nas decisões ou, ainda, que seja titular de mais de 25% do capital social das pessoas jurídicas ou do patrimônio líquido dos fundos de investimento e demais entidades nos casos de que tratam os incisos II a V do art. 1º do Anexo B da Resolução CVM 50, sem prejuízo da utilização de cadastro simplificado de que trata o Anexo C da Resolução CVM 50.

- seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de regimes próprios de previdência social;
- Investidores não residentes classificados como **(a)** bancos centrais, governos ou entidades governamentais, assim como fundos soberanos ou companhias de investimento controladas por fundos soberanos e similares; **(b)** organismos multilaterais; **(c)** companhias abertas ou equivalentes; **(d)** instituições financeiras ou similares, agindo por conta própria; **(e)** administradores de carteiras, agindo por conta própria; **(f)** seguradoras e entidades de previdência; e **(f)** fundos ou veículos de investimento coletivo com o número de cotistas seja igual ou superior a 100 (cem) e nenhum deles tenha influência significativa e a administração da carteira de ativos seja feita de forma discricionária por administrador profissional sujeito à regulação de órgão regulador que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua, nos termos dispostos no inciso III do § 3º do art. 13 da Resolução CVM 50.

O Cadastro contará, pelo menos, com as informações e os documentos indicados no Anexo B e C da Resolução CVM 50, conforme o caso, e demais normas e regras aplicáveis.

O primeiro Cadastro de Clientes será formalizado antes do primeiro investimento. As informações cadastrais dos Clientes ativos da Slat Gestora serão atualizadas em intervalos de no máximo 5 (cinco) anos ou, ainda, na hipótese de o Cliente informar qualquer alteração em seu Cadastro, o que acontecer primeiro. Considera-se ativo o Cliente que, nos últimos 12 (doze) meses, tenha **(i)** efetuado movimentação, em sua conta corrente ou em sua posição de custódia, **(ii)** realizado operação no mercado de valores mobiliários, ou **(iii)** apresentado saldo em sua posição de custódia.

Nos termos da Resolução CVM 50, a Slat Gestora adota de maneira contínua regras, procedimentos e controles internos, alinhados aos procedimentos prévia e expressamente estabelecidos, na intenção de:

- (i)** validar as informações cadastrais de seus Clientes e mantê-las atualizadas;
- (ii)** adotar as devidas diligências para identificação dos Beneficiários Finais;
- (iii)** monitorar as operações realizadas pelos Clientes para permanentemente conhecê-los;
- (iv)** classificar os clientes conforme grau de risco de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e financiamento à proliferação de armas de destruição em massa ("LD/FTP") em baixo, médio e alto (conforme

metodologia de ABR abaixo), realizando o acompanhamento das operações e interações do Cliente com a gestora, para rever tempestivamente a respectiva classificação, em sendo o caso; e

- (v) monitorar e acompanhar, de maneira diferenciada, as propostas de início de relacionamento de organizações sem fins lucrativos, identificando os Clientes que após o início do relacionamento com a gestora passem a se enquadrar nessa condição; e demais provisões da Resolução CVM 50.

Essas verificações poderão ser realizadas diretamente pela Slat Gestora ou através da contratação de prestadores de serviços. As verificações serão realizadas com base em levantamentos independentes frente a órgãos públicos e privados (e.g. SPC, Serasa, distribuidores de ações cíveis e penais, cartórios, dentre outros) e a por meio de documentos apresentados pelos Clientes (e.g. declaração de imposto de renda (se Cliente pessoa natural), demonstrações financeiras (se Cliente pessoa jurídica), comprovantes de residência, atos societários (se Cliente pessoa jurídica), dentre outros.

Nos casos não enquadrados nas hipóteses de relacionamento comercial direto da Slat Gestora com os investidores, a responsabilidade direta pela fiscalização para fins de PLD/FTP deverá recair sobre aqueles que tenham o relacionamento comercial direto com os investidores (ou seja, os distribuidores dos fundos sob gestão da Slat Gestora), que deverão possuir políticas e procedimentos próprios de PLD/FTP. Neste caso, a Slat Gestora adotará as providências necessárias para identificar, analisar, compreender e mitigar os riscos de LD/FTP decorrentes dos prestadores de serviço com relacionamento direto com investidores, **(i)** solicitando e analisando a Política PLD/FTP da entidade; **(ii)** implementando mecanismos de intercâmbio de informações com as áreas de controles internos das instituições com relacionamento direto; **(iii)** monitorando continuamente as operações realizadas em nome desses investidores, quando independer da posse de dados cadastrais e identificação do beneficiário final; e **(iv)** avaliando a pertinência de solicitação de informações adicionais às entidades com relacionamento direto por meio do mecanismo de intercâmbio (ii), caso aplicável, em observância às diretrizes estabelecidas na política de PLD/FTP e à avaliação interna de risco.

3.3.2 Pessoas Expostas Politicamente

Também cabe à Slat Gestora, nos termos da Resolução CVM 50: **(a)** identificar as pessoas consideradas expostas politicamente; **(b)** monitorar continuamente e de maneira diferenciada a relação de negócio mantida com pessoa exposta politicamente ("PEP"); **(c)** acompanhar de maneira diferenciada as propostas de início de relacionamento com pessoas expostas politicamente; **(d)** manter regras, procedimentos e controles internos para identificar Clientes que se tornaram após o

início do relacionamento com a Slat Gestora ou que seja constatado que já eram pessoas expostas politicamente no início do relacionamento com a Slat Gestora e aplicar o mesmo tratamento dos itens “(b)” e “(c)”; e **(e)** manter regras, procedimentos e controles internos para identificar a origem dos recursos envolvidos nas transações dos Clientes e dos Beneficiários Finais como PEP.

Tal como disposto no Anexo A à Resolução CVM 50, considera-se “pessoa exposta politicamente”, qualificação que perdura por 5 (cinco) anos após o fim da investidora nas condições abaixo:

- (i)** os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;
- (ii)** os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União, de: a) Ministro de Estado ou equiparado; b) Natureza Especial ou equivalente; c) presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta; e d) Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nível 6, ou equivalente;
- (iii)** os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal;
- (iv)** os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;
- (v)** os membros do Tribunal de Contas da União, o Procurador-Geral e os Subprocuradores-Gerais do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;
- (vi)** os presidentes e os tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;
- (vii)** os Governadores e os Secretários de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Estaduais e Distritais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os presidentes de Tribunais de Justiça, Tribunais Militares, Tribunais de Contas ou equivalentes dos Estados e do Distrito Federal; e

- (viii)** os Prefeitos, os Vereadores, os Secretários Municipais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta municipal e os Presidentes de Tribunais de Contas ou equivalentes dos Municípios.
- (ix)** familiares da PEP, seus parentes, na linha direta, até o segundo grau, assim como o cônjuge, companheiro(a) e enteado(a);
- (x)** estreitos colaboradores da PEP; e
- (xi)** pessoas jurídicas de que participem.

3.3.3 Monitoramento de Operações

A Slat Gestora analisa e monitora, continuamente, para fins de PLD/FTP, todas as operações e situações que representam indícios de LD/FTP, identificando as seguintes atipicidades, entre outras previstas no art. 20 da Resolução CVM 50:

- (i)** situações em que não seja possível manter as informações cadastrais de seus Clientes atualizadas;
- (ii)** situações em que não seja possível identificar o beneficiário final, apesar das diligências efetivadas pela Slat Gestora;
- (iii)** situações em que as diligências para conhecimento dos Clientes, como validação das informações cadastrais, não são passíveis de serem concluídas;
- (iv)** no caso de Clientes pessoas naturais, operações cujo valor é incompatível com a ocupação profissional, rendimentos ou situação patrimonial ou financeira do Cliente ou de qualquer das partes, com base nas informações cadastradas;
- (v)** no caso de Clientes pessoas físicas, incompatibilidade entre o padrão da operação e a atividade econômica, objeto social ou faturamento cadastrado;
- (vi)** operações cursadas no mercado de valores mobiliário;
- (vii)** operações e situações relacionadas com pessoas suspeitas de envolvimento com atos terroristas com o financiamento do terrorismo, ou com o financiamento da proliferação de armas de destruição em massa;
- (viii)** operações com participação de parte que resida, tenha sede ou seja constituída em países, jurisdições, dependências ou locais com tributação

favorecida, submetida a regimes fiscais privilegiados, e que não aplicam de forma suficiente as recomendações do GAFI;

- (ix)** entre outras situações e operações consideradas, a critério da gestora, como indícios de LD/FTP.

Nesse sentido, a Slat Gestora adota e atualiza seus procedimentos para identificação de indícios de LD/FTP, conforme as atipicidades listadas acima, incluindo, mas não se limitando, a consultas de certidões criminais, cíveis, protesto e consulta a órgãos de proteção de crédito, sempre que uma situação de atipicidade seja verificada e demais diligências necessárias para análise da situação e/ou operação.

Com relação às contrapartes, a Slat Gestora atua de forma preventiva, sempre anterior à conclusão de qualquer transação, para assegurar que suas contrapartes sejam validamente constituídas, no caso de pessoas jurídicas, e que inexistam notas desabonadoras em face da contraparte e seus sócios, caso aplicável, que sejam proibitivas ou que ainda tornem recomendáveis a não conclusão da transação.

A Slat Gestora conduzirá tais análises de contrapartes independentemente do ativo transacionado e/ou seu ambiente de negociação. Referidas análises incluem consultas junto a bases de dados públicos (ex: tribunais de justiça estaduais e federais, cartórios de títulos e documentos, cartórios de notas e cartórios de protestos) e privados (ex: *bureau* de crédito), bem como a análise das políticas de PLD/FTP das contrapartes, sempre que aplicável, para fins de análise e confirmação de aderência à presente política e demais manuais da Slat Gestora. Caberá ao Gestor de Compliance e Gestão de Riscos da Slat Gestora verificar se determinada contraparte apresenta operações suspeitas e passíveis de comunicação ao COAF, as quais serão imediatamente reportadas ao COAF caso aplicáveis.

3.3.4 Análise de Operações Atípicas

A Slat Gestora analisa, por meio de procedimento regular e tempestivo, todas as situações que, individualmente ou em conjunto, possam configurar indícios de LD/FTP, utilizando-se, no limite de suas atribuições, abordagem baseada em risco ("ABR"), como meio para garantir a prevenção e mitigação dos riscos identificados e, dessa forma, assegurar o cumprimento da Resolução CVM 50 e demais disposições e diretrizes regulatórias e autorregulatórias de LD/FTP.

A ABR utilizada pela Slat Gestora classifica como baixo, médio e alto risco de LD/FTP todos os **(i)** produtos oferecidos; **(ii)** serviços prestados; **(iii)** respectivos canais de distribuição e ambientes de negociação e registro em que atue; **(iv)** contrapartes, parceiros e prestadores de serviços, conforme as métricas abaixo descritas; e **(v)** agentes envolvidos nas operações, ambientes de negociação e registro, tais como contraparte da operação, emissor do ativo, intermediários e consultores, escrituradores

e custodiantes, ou qualquer outro que a Slat Gestora considerar relevantes para fins de PLD/FTP.

(a) Avaliação dos produtos, serviços, canais de distribuição, ambientes de negociação, levando em conta os seguintes elementos:

- A Slat Gestora desenvolve, exclusivamente, atividades de gestão de FIP e consultoria empresarial (excluindo, nesse caso, qualquer atividade de consultoria de valores mobiliários), conforme descrito em seu Formulário de Referência;
- As atividades da Slat Gestora são altamente reguladas e supervisionadas pela CVM e pela ANBIMA;
- Os FIP sob gestão da Slat Gestora contam com administradores fiduciários e distribuidores, conforme aplicável, devidamente registrados e supervisionados pela CVM e ANBIMA, os quais são responsáveis pelo processo de KYC dos investidores dos FIP;
- Os recursos colocados à disposição da Slat Gestora já passaram pelo crivo de PLD/FTP dos administradores fiduciários e/ou distribuidores; e
- Antes de serem adquiridos pelos FIP, os ativos que compõem a sua carteira passam por rigorosa auditoria, em especial quanto a aspectos jurídicos, contábeis e financeiros, por assessores especializados de primeira linha em suas áreas de atuação.

A Slat Gestora classifica como baixo o risco de PLD/FTP associado aos produtos, serviços, canais de distribuição e ambientes de negociação, considerando os elementos expostos acima.

(b) Avaliação dos Clientes

A classificação dos Clientes por grau de risco tem como objetivo destinar maior atenção aos Clientes que demonstrem maior probabilidade de apresentar envolvimento com LD/FTP.

A classificação dos Clientes é determinada pelos seguintes graus de risco:

“Alto Risco”: Clientes que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

- Reputação maculada: assim entendidos os acusados e condenados em processo administrativo sancionador por parte da CVM ou em processo de

apuração de irregularidade por parte da ANBIMA nos últimos 5 (cinco) anos, considerados graves pelo Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos;

- Pessoa exposta politicamente;
- Clientes que se recusem a fornecer as informações necessárias ou apresentem informações cadastrais com consideráveis inconsistências, impedindo ou dificultando a coleta das informações para validação ou atualização do Cadastro, identificação do Beneficiário Final, ou realização de KYC, incluindo, mas não se limitando aos que recebem valores incompatíveis com a ocupação profissional e a situação financeira ou patrimonial declarada, bem como aqueles que realizam operações que evidenciem mudança repentina e injustificada relativamente às modalidades operacionais, volume ou frequência de negócios usualmente utilizados;
- Clientes que apresentem investimentos relevantes em ativos ou participações como sócio ou administrador de empresa e outras estruturas de investimento constituídas ou com sede em jurisdição *offshore* que: (i) seja classificada por organismos internacionais, em especial o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; (ii) faça parte de lista de sanções ou restrições emanadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ("CSNU"); (iii) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da Organização Internacional das Comissões de Valores – OICV/IOSCO; e (iv) com tributação favorecida, submetida a regimes fiscais privilegiados, e que não aplicam de forma suficiente as recomendações do GAFI;
- organização sem fins lucrativos, nos termos da legislação específica.

Anualmente, a Slat Gestora instruirá o distribuidor dos FIP a realizar a atualização cadastral dos Clientes classificados como "Alto Risco". A área de *Compliance* e Gestão de Riscos destinará especial atenção para aqueles Clientes classificados como de Alto Risco, devendo monitorar continuamente e de maneira diferenciada a relação de negócio e as propostas de início de relacionamento, realizando a respectiva comunicação, sempre que as condições estabelecidas, nos termos que seguem abaixo, sejam preenchidas.

“Médio Risco”: Clientes que sejam investidores com grandes fortunas geridas por área de instituições financeiras voltadas para Clientes com este perfil.

A cada 36 (trinta e seis) meses a Slat Gestora instruirá o distribuidor dos FIP a realizar a atualização cadastral dos Clientes classificados como “Médio Risco”.

“Baixo Risco”: Clientes não listados acima.

A cada 60 (sessenta) meses a Slat Gestora instruirá o distribuidor dos FIP a realizar a atualização cadastral dos Clientes classificados como “Baixo Risco”.

A Gestora deverá realizar reavaliações na ocorrência de qualquer fato novo que possa alterar a classificação acima.

(c) Avaliação de contraparte, parceiros e prestadores de serviços

Os critérios para classificação de risco serão adotados, da seguinte maneira:

- **CrITÉrios Impeditivos:** se houver falha na identificação; falha na coleta de dados; falha na qualificação; falha na avaliação de riscos ligados ao cadastro de contraparte, parceiros e prestadores de serviços; falha na avaliação de movimentações e informações financeiras; e com domicílio/sede em jurisdição submetida a sanção ou medida similar por organizações internacionais – como CSNU, Organização das Nações Unidas ou GAFI.

- **CrITÉrios de Alto Risco:** se a contraparte, os parceiros e/ou os prestadores de serviços figurarem em lista internacional de sanções; não domiciliar/sediar no Brasil; e, ou tiver exposição recente em mídia negativa e, ou, processo na esfera judicial ou administrativa de matérias relevantes (como processo administrativo nos reguladores do mercado financeiro e de capitais ou processo envolvendo crime financeiro).

- **CrITÉrios de Médio Risco:** se tiver envolvimento em atividade incluída em lista restritiva; e, ou exposição em mídia negativa e, ou, processo na esfera judicial ou administrativa de matérias relevantes (como processo administrativo nos reguladores do mercado financeiro e de capitais ou processo envolvendo crime financeiro), que já tenha sido encerrado – independentemente de ter ou não trânsito em julgado.

- **CrITÉrios de Baixo Risco:** os demais casos em que não há quaisquer indícios negativos.

3.3.5 Comunicação de Operações Suspeitas

A Slat Gestora conduz suas atividades em fiel atendimento às normas aplicáveis, com especial atenção às normas de PLD/FTP. Com base nas regras e instruções contidas

nas normais aplicáveis e na presente Política de KYC, a Slat Gestora promoverá tempestivamente a comunicação de todas as situações e operações identificadas, ou propostas de operações que possam se constituir em sérios indícios de LD/FTP ao distribuidor dos FIP e às autoridades competentes, em especial ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”), conforme aplicável. Igualmente, a Slat Gestora comunicará as autoridades competentes sobre a inexistência de operações suspeitas, conforme a seguir:

a) Comunicações “Positivas”

Situações, operações ou propostas de operações consideradas como atípicas ou suspeitas, nos termos das normas aplicáveis, em especial a Resolução CVM 50, serão comunicadas à Unidade de Inteligência Financeira (COAF), pela área de Compliance e Gestão de Riscos, em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da análise que identificou a atipicidade da operação, respectiva proposta, ou mesmo da situação atípica detectada, sem prejuízo da comunicação a outras autoridades competentes caso aplicável.

A referida comunicação conterá, no mínimo: **(i)** data do início do relacionamento com a pessoa autora ou envolvida na operação ou situação; **(ii)** explicação fundamentada dos sinais de alerta detectados; **(iii)** descrição e o detalhamento das características das operações realizadas; **(iv)** apresentação das informações obtidas por meio das diligências realizadas pela Slat Gestora nos termos desta Política, qualificando os envolvidos, detalhando o comportamento da pessoa reportada e identificando se trata-se de PEP; e **(v)** conclusão da análise, abrangendo os pontos (i), (ii), (iii) e (iv), além de relato fundamentado que caracterize os sinais de alerta identificados como situação suspeita a ser comunicada.

b) Comunicações “Negativas”

Inexistindo, no ano civil anterior, situações, operações ou propostas de operações passíveis de comunicação “positiva” conforme indicada acima, caberá à área de *Compliance* e Gestão de Riscos comunicar à CVM sobre a inexistência de operações ou transações consideradas como atípicas ou suspeitas. Referida comunicação deverá ser realizada anualmente, até o último dia útil do mês de abril, por meio dos mecanismos estabelecidos no convênio celebrado entre a CVM e a Unidade de Inteligência Financeira (COAF).

3.3.6 Providências Decorrentes de Resoluções do CSNU

A área de *Compliance* e Gestão de Riscos irá monitorar, direta e permanentemente, as determinações de indisponibilidade emitidas pelo CSNU, cumprindo, imediatamente e sem aviso prévio aos sancionados, nos termos da Resolução CVM 50, medidas

estabelecidas nas resoluções sancionatórias do CSNU ou as designações de seus comitês de sanções para determinar a indisponibilidade de ativos, sem prejuízo de cumprir demais determinações judiciais de indisponibilidade previstas na Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019.

A Slat Gestora proibirá que os ativos indisponíveis nos termos deste Item 3.3.6 sejam transferidos, convertidos, trasladados, disponibilizados ou que as pessoas físicas, jurídicas ou entidades objeto das sanções possam dispor de tais ativos e dos juros, frutos e rendimentos decorrentes do contrato com a Slat Gestora, seja direta ou indiretamente.

Caso não seja possível determinar a indisponibilidade dos bens das pessoas físicas, jurídicas ou entidades sancionadas pelas resoluções do CSNU e de seus comitês de sanções, a Slat Gestora informará, sem demora, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e à CVM a existência dessas pessoas (físicas e/ou jurídicas) e/ou entidades e ativos sujeitos às determinações de indisponibilidade.

A Slat Gestora suspenderá imediatamente o relacionamento comercial com esses Clientes objeto de investigação ou acusados de financiamento ao terrorismo ou atos a ele correlacionados, bem como prestará as informações solicitadas pelas autoridades competentes.

As informações em referência serão encaminhadas para:

CVM: listas@cvm.gov.br;

Ministério da Justiça e Segurança Pública: csnu@mj.gov.br (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional):

Unidade de Inteligência Financeira (COAF): Na forma utilizada para efetivar as comunicações legais.

3.3.7 Monitoramento de Prestadores de Serviço e Terceiros

O Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos deverá certificar-se de que foram observados os requisitos estabelecidos pelo art. 26, da Resolução CVM 21, e demais regras da CVM e de autoridades autorreguladoras nos casos em que se fizer necessária a contratação de prestadores de serviços auxiliares à administração de carteiras de valores mobiliários, notadamente dos FIP sob sua gestão.

Qualquer violação das Regras Anticorrupção por seus Colaboradores pode resultar em sanções cíveis, criminais e administrativos para a Slat Gestora e/ou seus Colaboradores, bem como impactos reputacionais.

3.4 Política de Confidencialidade e Tratamento da Informação

Conceito de Informações Confidenciais

Nos termos da Resolução CVM 21, a Slat Gestora adota procedimentos e regras de condutas para preservar informações confidenciais e permitir a identificação das pessoas que tenham acesso a elas.

O conceito de informações confidenciais engloba informações financeiras, registros de pessoal, informações sobre Clientes, *know-how* proprietário, sistemas, segredos comerciais, planos e propostas de negócios, estratégias de preços, previsões e estratégias de marketing ou vendas, listas de Clientes, dados de fornecedores e qualquer informação não pública que possa ser útil aos concorrentes, ou prejudicial à empresa ou seus Clientes, no caso de divulgação, incluindo, ainda, informações recebidas de terceiros que tenham sido comunicadas ou marcadas como confidenciais por estas partes, podendo ser escritas a mão, impressas ou em formato eletrônico ("Informações Confidenciais").

A informação alcançada em função da atividade profissional desempenhada por cada Colaborador na Slat Gestora é considerada confidencial e não pode ser transmitida de forma alguma a terceiros não-Colaboradores ou a Colaboradores não autorizados.

Segurança das Informações Confidenciais

Nenhuma Informação Confidencial deve, em qualquer hipótese, ser divulgada a pessoas, dentro ou fora da Slat Gestora, que não necessitem de, ou não devam ter acesso a tais informações para desempenho de suas atividades profissionais.

Em caso de determinado Colaborador passar a exercer atividade ligada a outra área da Slat Gestora, tal Colaborador terá acesso apenas às informações relativas a esta área, das quais necessite para o exercício da nova atividade, deixando de ter permissão de acesso aos dados, arquivos, documentos e demais informações restritas à atividade exercida anteriormente. Em caso de desligamento da Slat Gestora, o Colaborador deixará imediatamente de ter acesso a qualquer informação interna da Slat Gestora.

Qualquer informação sobre a Slat Gestora, ou de qualquer natureza relativa às atividades da Slat Gestora, aos seus sócios e Clientes, obtida em decorrência do desempenho das atividades normais do Colaborador na Slat Gestora, só poderá ser fornecida ao público, mídia ou a demais órgãos caso autorizado por escrito pelo Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos.

Não se caracteriza descumprimento desta Política a divulgação de Informações Confidenciais quando em atendimento a determinações decorrentes do Poder Judiciário ou Legislativo, de órgãos fiscalizadores e reguladores, bem como em situações em que se justifique a divulgação por força da natureza do negócio, em especial aos assessores legais, auditores e demais partes envolvidas na transação, as quais deverão manter sigilo em relação às Informações Confidenciais que tiverem acesso.

Todos os Colaboradores, assim como todos os terceiros contratados pela Slat Gestora, deverão assinar, no momento de sua contratação ou no início do exercício de suas funções junto à Slat Gestora, o "*Termo de Responsabilidade e Confidencialidade*" contido no **Anexo II**, que versa acerca das Informações Confidenciais, reservadas ou privilegiadas que lhes tenham sido confiadas em virtude do exercício de suas atividades profissionais. A área de *Compliance* e Gestão de Riscos manterá em arquivo cópia do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade assinado. Tal documento poderá ser dispensado na contratação de terceiros exclusivamente quando o contrato de prestação de serviço possuir cláusula de confidencialidade.

A Slat Gestora poderá oferecer acesso a telefonia, e-mails corporativos e recursos adicionais aos seus colaboradores, cujo uso pessoal casual será permitido contanto que não interfira com as responsabilidades individuais do funcionário e que obedeça a todas as regras estabelecidas na presente Política.

É terminantemente proibido que os Colaboradores façam cópias ou imprimam os arquivos utilizados, gerados ou disponíveis na rede da Slat Gestora e circulem em ambientes externos à Slat Gestora com estes arquivos, uma vez que tais arquivos contêm informações que são consideradas Informações Confidenciais.

A proibição acima referida não se aplica quando as cópias ou a impressão dos arquivos forem em prol da execução e do desenvolvimento dos negócios e dos interesses da Slat Gestora e de seus Clientes. Nestes casos, o Colaborador que estiver na posse e guarda da cópia ou da impressão do arquivo que contenha a informação confidencial será o responsável direto por sua boa conservação, integridade e manutenção de sua confidencialidade.

O descarte de Informações Confidenciais em meio digital deve ser feito de forma a impossibilitar sua recuperação. Todos os arquivos digitalizados em pastas temporárias serão apagados periodicamente, de modo que nenhum arquivo deverá ali permanecer. A desobediência a esta regra será considerada uma infração.

O descarte de documentos físicos que contenham Informações Confidenciais ou de suas cópias deverá ser realizado imediatamente após seu uso, de maneira a evitar sua recuperação.

Adicionalmente, os Colaboradores devem se abster de utilizar *hard drives*, *pen-drives*, disquetes, fitas, discos ou quaisquer outros meios que não tenham por finalidade a utilização exclusiva para o desempenho de sua atividade na Slat Gestora.

É proibida a conexão de equipamentos na rede da Slat Gestora que não estejam previamente autorizados pela área de *Compliance*.

Cada Colaborador é responsável por manter o controle sobre a segurança das informações armazenadas ou disponibilizadas nos equipamentos que estão sob sua responsabilidade.

O envio ou repasse por e-mail de material que contenha conteúdo discriminatório, preconceituoso, obsceno, pornográfico ou ofensivo é também terminantemente proibido, bem como o envio ou repasse de e-mails com opiniões, comentários ou mensagens que possam desonrar a imagem e/ou afetar a reputação da Slat Gestora.

Em nenhuma hipótese um Colaborador pode emitir opinião por e-mail em nome da Slat Gestora, ou utilizar material, marca e logotipos da Slat Gestora para assuntos não corporativos ou após o rompimento do seu vínculo com este, salvo se expressamente autorizado para tanto.

Programas instalados nos computadores, principalmente via internet (*downloads*), sejam de utilização profissional ou para fins pessoais, devem obter autorização prévia do responsável pela área de *Compliance* na Slat Gestora. Não é permitida a instalação de nenhum *software* ilegal ou que possua direitos autorais protegidos. A instalação de novos *softwares*, com a respectiva licença, deve também ser comunicada previamente ao responsável pela área de *Compliance*. Este deverá aprovar ou vetar a instalação e utilização dos *softwares* dos colaboradores para aspectos profissionais e pessoais.

A Slat Gestora tem meios de monitorar e registrar o uso do e-mail corporativo, ferramentas de mensagens interno e externos, além das chamadas telefônicas realizadas através dos telefones da empresa e se reserva o direito de acessar, monitorar e arquivar os relatórios de mensagens, chamadas telefônicas e e-mails, sempre que necessário, de modo satisfazer requerimentos legais e da presente Política.

Todas as informações do servidor da Slat Gestora, do banco de dados dos clientes e os modelos dos analistas são enviados para o servidor em nuvem da Slat Gestora. Nesse servidor, as informações são segregadas por área, sendo armazenadas com *backup*.

A rotina de *backup* garante a salvaguarda de todos os dados, sendo eles banco de dados, documentos, planilhas e diversos outros guardados na área de armazenamento dos servidores.

Em caso de divulgação indevida de qualquer Informação Confidencial, o Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos apurará o responsável por tal divulgação, sendo certo

que poderá verificar no servidor quem teve acesso ao referido documento por meio do acesso individualizado de cada Colaborador.

Serão realizados testes de segurança para os sistemas de informações utilizados pela Slat Gestora, em periodicidade, no mínimo, anual, para garantir a efetividade dos controles internos mencionados nesta Política, especialmente as informações mantidas em meio eletrônico.

Propriedade intelectual

Todos os documentos desenvolvidos na realização das atividades da Slat Gestora ou a elas diretamente relacionados, tais quais, sistemas, arquivos, modelos, metodologias, fórmulas, projeções, relatórios de análise etc., são de propriedade intelectual da Slat Gestora.

A utilização e divulgação de qualquer bem sujeito à propriedade intelectual da Slat Gestora fora do escopo de atuação ou não destinado aos clientes, dependerá de prévia e expressa autorização por escrito do Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos.

Uma vez rompido com a Slat Gestora o vínculo do Colaborador, este permanecerá obrigado a observar as restrições ora tratadas, sujeito à responsabilização nas esferas civil e criminal.

Procedimentos internos para tratar eventual vazamento de informações confidenciais, reservadas ou privilegiadas

Não obstante todos os procedimentos adotados pela Slat Gestora para preservar o sigilo das Informações Confidenciais, reservadas ou privilegiadas, conforme definições trazidas pelas políticas internas da Slat Gestora, na eventualidade de ocorrer o vazamento de quaisquer informações, ainda que de forma involuntária, a área de *Compliance* deverá tomar ciência do fato tão logo seja possível.

De posse da informação, o Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos, primeiramente, identificará se a informação vazada se refere ao fundo de investimento gerido ou aos dados pessoais de cotistas e operações. Nestes casos, o Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos procederá com as ações necessárias para cessar a disseminação da informação ou atenuar os seus impactos, conforme o caso.

O Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos responderá a qualquer informação de suspeita de infecção, acesso não autorizado ou outro comprometimento da rede ou dos dispositivos de acordo com os critérios abaixo:

- Avaliação do tipo de incidente ocorrido (por exemplo, infecção de *malware*, intrusão da rede, furto de identidade), as informações acessadas e a medida da respectiva perda;

- Identificação de quais sistemas, se houver, devem ser desconectados ou de outra forma desabilitados;
- Determinação dos papéis e responsabilidades do pessoal apropriado;
- Avaliação da necessidade de recuperação e/ou restauração de eventuais serviços que tenham sido prejudicados;
- Avaliação da necessidade de notificação de todas as partes internas e externas apropriadas (por exemplo, clientes ou investidores afetados, segurança pública);
- Avaliação da necessidade de publicação do fato ao mercado, nos termos da regulamentação vigente, (por exemplo: em sendo Informações Confidenciais de fundo de investimento sob gestão da Slat Gestora, a fim de garantir a ampla disseminação e tratamento equânime da Informação Confidencial); e
- Determinação do responsável que arcará com as perdas decorrentes do incidente. A definição ficará a cargo do Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos, após a condução de investigação e avaliação completa das circunstâncias do incidente, para tanto, poderá: (i) autorizar a contratação de empresa especializada em consultoria para proteção de dados; (ii) autorizar a contratação de advogados especializados na matéria; ou (iii) entrar em contato com os responsáveis pelo(s) veículo(s) disseminador(es) da Informação Confidencial.

3.5 Política de Segurança Cibernética

A Política de Segurança Cibernética da Slat Gestora objetiva mitigar os riscos de potenciais ameaças cibernéticas por meio da implementação de um programa de segurança cibernética que contempla os seguintes aspectos:

- (i)** identificação e avaliação dos riscos internos e externos aos quais a Slat Gestora está sujeita, bem como dos ativos de hardware e software e os processos que precisam de proteção;
- (ii)** estabelecimento de ações de prevenção e proteção;
- (iii)** monitoramento das ameaças em tempo hábil;
- (iv)** criação de um plano de resposta; e
- (v)** reciclagem e revisão do programa de segurança cibernética.

A Slat Gestora mantém: **(i)** backup dos seus arquivos; **(ii)** sistema de firewall e antivírus; **(iii)** restrição de instalação e execução de software e aplicações não autorizadas por meio de controles de execução de processos; e **(iv)** acesso restrito a páginas na rede mundial de computadores.

A Slat Gestora realiza, periodicamente, testes de segurança e procedimentos para detectar falhas e vulnerabilidades. A Slat Gestora, adicionalmente, **(i)** mantém inventários atualizados de hardware e software por ela detidos; **(ii)** mantém os sistemas operacionais e softwares de aplicação sempre atualizados, instalando as atualizações sempre que forem disponibilizados; **(iii)** monitora periodicamente as rotinas de backup, executando testes regulares de restauração dos dados; e **(iv)** analisa regularmente os logs e trilhas de auditoria criadas, de forma a permitir a rápida identificação de ataques, sejam internos, sejam externos.

3.6 Plano de Contingência e Continuidade de Negócios

A Slat Gestora analisa periodicamente os riscos aos quais está exposta e possui um plano para que suas atividades não sejam interrompidas.

3.6.1 Riscos potenciais

A Slat Gestora reconhece como riscos potenciais às suas atividades:

- (i)** Falhas de energia elétrica;
- (ii)** Falhas no provedor de internet e de serviços de comunicação;
- (iii)** Vandalismo nas suas instalações;
- (iv)** Ataques cibernéticos aos sistemas da Slat Gestora e/ou de uma de suas afiliadas; e
- (v)** Circunstâncias que impeçam o acesso físico às instalações da Slat Gestora, como, por exemplo, desastres naturais ou ameaças de atentados.

A análise de potenciais riscos é monitorada de forma contínua, e, portanto, a Slat Gestora poderá atualizar esta política a qualquer momento caso entenda necessário.

3.6.2 Planos de contingência

O plano de contingência e de continuidade dos principais sistemas e serviços da Slat Gestora deverá ser implantado e testado no mínimo anualmente, visando reduzir riscos de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos ativos de informação. Os mesmos controles de segurança e controle de acesso devem ser aplicáveis nas instalações do site e demais sistemas de contingência. Adicionalmente, a Slat Gestora realizará *backup* periódico dos seus sistemas de informações.

3.7 Política de Contratação de Serviços de Terceiros em Nome dos Fundos de Investimento

Previamente à contratação de terceiros em nome dos fundos geridos, a Slat Gestora realiza uma diligência prévia da entidade, com objetivo de verificar sua adequação aos requisitos legais e regulatórios, bem como sua capacidade de prestar os serviços a serem contratados. Neste sentido, são solicitados informações e documentos, que incluem o preenchimento do questionário da ANBIMA de *Due Diligence* no caso de atividades sujeitas à supervisão e regulamentação pela ANBIMA, e avaliação reputacional da empresa (*background check*), pesquisa por processos administrativos e judiciais, pesquisa em listas de sanções e outras listas relacionadas a prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

A Slat Gestora, ao contratar prestadores de serviços para os fundos de investimento sob sua gestão, observará os seguintes padrões:

- (i) Histórico do potencial prestador de serviços;
- (ii) Checagem da solidez financeira do prestador de serviços, incluindo a análise serviços de proteção ao crédito para verificar possíveis restrições;
- (iii) O custo dos serviços a serem prestados e sua compatibilidade frente à capacidade financeira da Slat Gestora e ao preço médio do referido serviço no mercado;
- (iv) Autorizações necessária para a prestação dos serviços contratados;
- (v) Adesão a códigos de conduta da ANBIMA, caso aplicável;
- (vi) Reputação ilibada (incluindo, nesse caso, a inexistência de condenações, principalmente com relação ao descumprimento da legislação anticorrupção);
- (vii) Existência de Política de PLD/FTP em compatibilidade, com efetivo atendimento, às exigências relacionadas à Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa;
- (viii) Estrutura e capacidade operacional para prestação do serviço;
- (ix) Último parecer de auditoria externa, caso aplicável;
- (x) Demonstrações Financeiras;

(xi) Política de Continuidade Operacional; e

(xii) Fatos Relevantes, caso aplicável.

No caso de carteiras administradas, a Slat Gestora não será obrigada a fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados diretamente pelo investidor.

Concluído o processo de diligência prévia acima descrito, a área de *Compliance* e Gestão de Riscos verifica a suficiência e adequação das informações e documentos prestados, levando em consideração como principais critérios o porte da empresa contratada, o volume de transações e a criticidade dos serviços a serem prestados.

No caso de atendimento dos requisitos acima e aprovação pela área de *Compliance* e Gestão de Riscos, o time de gestão é informado da habilitação da referida entidade para atuar como prestador de serviços. A contratação é necessariamente formalizada por meio de contrato escrito, observados os requisitos da regulamentação aplicável.

Após seleção e contratação de terceiros conforme procedimento acima disposto, a área de *Compliance* e Gestão de Riscos realiza o acompanhamento dos terceiros contratados por meio de avaliações periódicas nas quais são verificadas novamente as informações reputacionais da empresa (*back ground check*), para verificação de eventual mudança, e a efetividade e a qualidade dos serviços prestados junto aos Colaboradores das áreas que trabalham diretamente com tal prestador de serviço.

Eventual não conformidade no processo de supervisão dos prestadores de serviços serão analisados pelo Diretor de *Compliance*, e conforme o caso, poderão acarretar a interrupção ou rescisão do contrato celebrado.

3.8 Procedimentos Relacionados ao Treinamento de Colaboradores

A Slat Gestora mantém programa de treinamento para seus Colaboradores, incluindo, mas não se limitando, para os administradores, funcionários e demais prestadores de serviços relevantes contratados, disseminando sua Política de PLD/FTP, assim como as respectivas regras, procedimentos e controles internos.

O Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos fornecerá treinamento de *compliance* para os Colaboradores, sendo que tal treinamento poderá ser realizado diretamente ou por meio da contratação de empresas de treinamento. Com relação aos Colaboradores recém-contratados, o treinamento ocorrerá no momento de sua admissão na empresa.

O treinamento de *compliance* abrangerá, dentre outros, os seguintes aspectos: **a)** as atividades da Slat Gestora, seus princípios de negócios, confidencialidade, conflitos de

interesse, uso de equipamentos e sistemas de segurança da informação; **b)** melhores práticas na indústria de fundos de investimento e gestão de carteiras; **c)** os procedimentos de prevenção e controle de lavagem de dinheiro; e **d)** cumprimento das regras e demais normativos da CVM e manuais de entidades autorreguladoras das quais a Slat Gestora poderá estar submetida, incluindo, mas não se limitando aos guias, códigos e diretrizes da ANBIMA.

4 Deveres do Diretor de Compliance e Gestão de Riscos

O Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos é responsável pelo cumprimento das normas da Resolução CVM 50, bem como pela implementação e manutenção desta Política, sempre prezando pela compatibilidade desta política com a natureza, porte, complexidade e estrutura da Slat Gestora, além de adequá-la, tornando-a compatível, ao perfil de risco do modelo de negócio da Slat Gestora.

O Diretor de *Compliance*, ainda, responsabiliza-se pela atualização da presente Política, conforme potenciais alterações no modelo de negócio e da exposição a risco da Slat Gestora, de forma a sempre assegurar o efetivo gerenciamento dos seus riscos de LD/FTP.

Ademais, o Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos é responsável pelo fornecimento de orientação geral para os Colaboradores da Slat Gestora em relação à esta Política e a qualquer outra política da sociedade, bem como conduzir investigações, supervisionar e aplicar as regras aplicáveis da Slat Gestora, seja diretamente ou indiretamente por meio de terceiros contratados, incluindo decisões no âmbito de relatórios finais relacionados a investigações decorrentes de fraude e/ou suspeita de irregularidades.

O Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos tem acesso a todas as dependências, arquivos, diretórios, sistemas, áreas e pessoas da Slat Gestora possuindo, em especial, as seguintes atribuições:

- a. *Avaliação do risco de compliance* – Anualmente, em um processo geral, os riscos associados à não conformidades são avaliados e quantificados, compondo um roteiro que orienta a atividade de *compliance*;
- b. *Elaboração de relatório anual* – anualmente, até o último dia do mês de abril, com referência ao ano anterior, o Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos se responsabilizará pela elaboração de relatório relativo à avaliação de risco de PLD/FTP, encaminhando-o para o Diretor Geral da Slat Gestora, contendo as informações requeridas nos art. 5º, incisos I e II, e art. 6º da Resolução CVM 50;
- c. *Monitoramento de legislação e regulamentação locais e supervisão quanto ao cumprimento das regras, políticas e procedimentos* – O Diretor

de *Compliance* e Gestão de Riscos, em reunião com os departamentos necessários da Slat Gestora, bem como com prestadores de serviços especializados, discutirá a necessidade de alteração de políticas, procedimentos e manuais de modo a se adequar às mudanças normativas, assim como a necessidade de treinamentos especiais; e

- d. *Relacionamento com reguladores e autorreguladores* – O Diretor de *Compliance* e Gestão de Risco será responsável pela manutenção do bom relacionamento com reguladores e autorreguladores, incluindo, mas não se limitando, ao envio de relatórios ou informações relevantes no tocante à regulação referente às políticas e procedimentos da Slat Gestora.
- e. O Diretor de *Compliance* e Gestão de Risco monitora a adequação dos critérios utilizados nesta Política para a definição e classificação da sua ABR, a partir das atribuições expostas nos itens “a” a “d” acima, bem como por meio de **(i)** testes de aderência e índices de efetividade, **(ii)** avaliação do impacto às definições aqui previstas em razão de eventuais novos serviços prestados, produtos oferecidos, canais de distribuição, clientes, contrapartes, parceiros, prestadores de serviços e agentes envolvidos nas operações, e **(iii)** da avaliação do impacto de rotinas da Slat Gestora relacionadas aos deveres de observância de outros normativos, tais como em relação ao normativo que trata sobre condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários, manipulação de preço, operações fraudulentas e práticas não equitativas, em havendo a necessidade de alterações ou revisão de tais critérios, essa Política deverá ser alterada e validada pela Alta Administração, devendo ser prontamente implementada pelo Diretor de *Compliance* e Gestão de Risco.

5 Conflitos de Interesse

Um conflito de interesses (“Conflito”) é caracterizado pela situação em que diversas questões - sejam elas de cunho profissionais, financeiras, familiares, políticas ou pessoais - sejam capazes de interferir no julgamento das pessoas que exercem atividades dentro das organizações. Dessa maneira, o Conflito pode ocorrer quando um profissional agir baseado em interesses alheios aos da Slat Gestora, com vistas na obtenção de benefício, para si próprio ou para terceiros, com ele relacionados.

Importante esclarecer que os benefícios profissionais provenientes da execução de um bom e diligente trabalho não se enquadram nesta classificação, pois estão relacionados aos interesses profissionais e, portanto, tais benefícios vêm como forma de reconhecimento, recompensa ou qualquer incentivo de cunho profissional. Assim, somente se encaixarão, na categoria de Conflito aqueles interesses que forem exteriores ao ambiente profissional.

Os Conflitos podem ser classificados como potenciais e reais:

- **Conflito Potencial:** ocorre ao ser identificada uma situação que possa gerar conflito com os interesses da Slat Gestora, porém, quando ainda não houve a concretização da tomada de decisão, que colocaria os interesses pessoais acima dos interesses institucionais, ou seja, é a tomada de decisão que de fato que materializaria tal Conflito.
- **Conflito Real:** ocorre quando já está materializada a tomada de decisão, onde os interesses pessoais foram colocados acima dos interesses da Slat Gestora, podendo, ou não, a ela gerar benefícios ou prejuízos.

A situação conflitante devidamente materializada não é suficiente para descaracterizar a existência do Conflito, sendo considerada a intenção primária (de benefício próprio) do colaborador da Slat Gestora que desejou alcançar o benefício próprio, podendo, inclusive, concorrer com infração à lei e outras normas emitidas por órgão de controle e supervisão. As situações que podem configurar um Conflito estão diretamente vinculadas a pessoas com poder de tomada de decisão no desempenho de suas atividades dentro da Slat Gestora, especialmente aquelas que desempenhem funções ligadas à administração de carteiras de valores mobiliários.

Desse modo, o mapeamento e atualização constantes das potenciais situações de Conflito são fundamentais para prevenção de riscos para a Slat Gestora, citando e exemplificando, como situações potencialmente conflitantes:

- (i) o relacionamento entre colaboradores, seja ele afetivo, familiar ou de amizade;
- (ii) o relacionamento entre colaboradores e parceiros/fornecedores que prestem serviços à Slat Gestora;
- (iii) atividade paralela em empresa do mesmo ramo da Slat Gestora;
- (iv) a aceitação e/ou oferecimento de brindes, presentes e hospitalidades que possam vir a ocorrer durante as negociações com um novo fornecedor ou cliente, interferindo ou influenciando a tomada de decisão dos colaboradores, colocando seus próprios interesses acima dos interesses da Slat Gestora;
- (v) a contratação pelos fundos de investimento geridos ou por suas investidas de serviços de empresas que tenham ligação com os sócios, diretores e/ou colaboradores da Slat Gestora; e
- (vi) o investimento por parte dos fundos geridos em ativos que tenham sido emitidos por empresas ligadas aos sócios, diretores e/ou colaboradores da Slat Gestora.

Para os casos indicados acima e qualquer outra situação que possa representar um potencial conflito de interesses, indicamos que todos e quaisquer colaboradores informem referida ocorrência junto à área de Compliance da Slat Gestora, para que esta possa estar ciente sobre a situação e realizar o devido acompanhamento, mapeamento e direcionamento de tais situações.

Para mitigação das situações potencialmente conflitantes, a Slat Gestora deverá:

- Observar as previsões normativas vigentes para cada tipo de fundo de investimento, conforme o caso, bem como as regras, vedações e a política de investimento presentes nos regulamentos dos fundos geridos;
- Na realização de operações/contratação com pessoas conflitadas, seguir preço justo, conforme levantamento no mercado, de empresas que prestem serviços e atividades semelhantes, além da formalização pelos instrumentos contratuais pertinentes;
- Realizar *due diligence* prévia e periódica, com registro e arquivamento dos resultados encontrados, a fim de comprovar diligência por parte da Slat Gestora; e
- Propor a aprovação das contratações/investimentos potencialmente conflitantes em assembleia geral de cotistas dos fundos sob gestão, conforme o caso, com o devido *disclosure* a respeito da situação potencialmente conflitante.

Caberá ao Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos analisar e decidir sobre situações de Conflitos pessoais e profissionais levadas à sua apreciação, bem como definir as providências aplicáveis.

A Slat Gestora concentrará suas atividades na gestão de fundos de investimento em participações no segmento de *corporate venture capital*.

Além das disposições hipotéticas acima, vale destacar que o trabalho prestado pela Slat Gestora contempla, também, as fases preliminares de concepção, estruturação e implementação do produto *corporate venture capital* junto aos seus Clientes. A estruturação de um fundo sob gestão da Slat Gestora precede de uma consultoria aos seus Clientes para auxílio na concepção, estruturação e implementação do produto *corporate venture capital*, sendo certo que tal consultoria é incidental e intrínseca à atividade da Slat Gestora em razão a natureza do produto *corporate venture capital*. A Slat Gestora não objetiva a prestação desta consultoria de forma separada da constituição de um fundo de investimento em participações e sua gestão, porém não afasta tal possibilidade caso comercialmente faça sentido a prestação de tal consultoria em casos isolados e pontuais.

Caso a Slat Gestora seja contratada apenas para consultoria na concepção, estruturação e implementação do produto *corporate venture capital*, a fim de eliminar ou mitigar potenciais conflitos de interesse, a Slat Gestora: (i) cobrará dos novos

clientes valores similares àqueles que contrataram a estruturação e gestão dos fundos pela Slat Gestora; (ii) não oferecerá condições comerciais que possam prejudicar os novos clientes em detrimento dos atuais Clientes, excetuadas alterações de condições comerciais em situações usuais de negociação; (iii) não impedirá que os novos clientes contratem prestadores de serviços para seus fundos de investimento que também prestem serviços à Slat Gestora (ex: administrador fiduciário, escriturador e custodiante); e (iv) atuará de forma independente e autônoma para prestar a consultoria aos novos clientes com a mesma qualidade e consistência dos serviços prestados aos atuais clientes.

Considerando que a consultoria na concepção, estruturação e implementação do produto *corporate venture capital* será realizada tão somente de forma isolada e pontual, a Slat Gestora, no presente momento, não vislumbra a necessidade de dedicar time e recursos tecnológicos exclusivos para essa linha de negócios.

Não obstante, a Slat Gestora manterá diretórios em servidores dedicados exclusivamente a essa vertical de negócios, sendo certo que, caso ela venha a se desenvolver futuramente, a Slat Gestora dedicará um time exclusivo para essa vertical, bem como segregará os times de consultoria e gestão de recursos, tanto fisicamente quanto nos acessos aos diretórios eletrônicos das duas verticais nos servidores da Slat Gestora, sem prejuízo de demais ações para implementação de um *chinese wall* que afaste potenciais conflitos de interesse.

6 Disposições Gerais

Políticas. A Slat Gestora preparará e manterá versões atualizadas desta Política em seu website (<http://www.slatventures.com>), em conjunto com os documentos abaixo:

- Formulário de Referência;
- Código de Ética;
- Política de Investimentos Pessoais;
- Política de Gestão de Riscos;
- Política de Rateio e Divisão de Ordens.

Negociações pessoais e restrição do uso de informações privilegiadas. A Política de Investimento Pessoal estabelece um conjunto de princípios que orientam os Colaboradores em relação à gestão de seus investimentos pessoais.

Procedimentos relacionados à segregação de atividades. Nos termos do contrato social da Slat Gestora, seu objeto social compreende:

- a) a administração profissional de carteiras de valores mobiliários, na forma da Resolução da Resolução CVM 21 e demais legislações aplicáveis;

- b) a prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial na gestão de negócios e investimentos em geral e na preparação e acompanhamento de documentos, por conta e ordem de terceiros, perante os órgãos públicos, entidades empresariais e bancárias em geral;
- c) participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, incluindo a participação em consórcios, associações ou joint ventures, para realização do objeto social da Sociedade; e
- d) a prestação de serviços de assistência e suporte econômico-financeiro, inclusive consultoria gerencial econômica e financeira no Brasil e/ou no exterior.

Registro de Operações e Manutenção de Arquivos. Os registros de toda operação envolvendo valores mobiliários, no contexto das regras de Compliance previstas nesta Política, serão mantidos, independentemente de seu valor, para permitir, entre outros, a **(i)** verificação da movimentação financeira de cada Cliente; a **(ii)** avaliação interna de risco e respectivas regras, procedimentos e controles internos; as **(iii)** informações obtidas no processo de identificação dos Clientes; e **(ii)** tempestivas análises de comunicações, nos termos desta Política. A Slat Gestora manterá à disposição da CVM os documentos referentes à atividade de *compliance* por um prazo de 5 (cinco) anos, contemplando em especial as conclusões que fundamentaram as decisões de efetuar ou não comunicações nos termos dessa Política, contando, com relação aos dados cadastrados, da data da última atualização cadastral, e da detecção da situação atípica, neste caso.

Responsável pela Política. O Diretor de *Compliance* e Gestão de Riscos é o responsável pela adoção e atualização desta Política.

Histórico de atualizações desta Política:

Data	Versão	Responsável
05/07/2023	1.0	Diretor de <i>Compliance</i> e Gestão de Riscos

Anexo I
Termo de Comprometimento

Li e afirmo o meu compromisso com os valores e princípios descritos na Política de Regras, Procedimentos e Controles Internos da Slat Gestora de Recursos e Consultoria Ltda. ("Política"). Entendo que a intenção da Política não é criar ou representar um contrato de trabalho junto à Slat Gestora de Recursos e Consultoria Ltda.

Estou em total conformidade com a Política e não conheço nenhuma violação da Política por qualquer conselheiro, diretor, administrador, funcionário, trainee e estagiário da Slat Gestora de Recursos e Consultoria Ltda. a qual não tenha divulgado usando os procedimentos apropriados estabelecidos na Política.

Nome do Colaborador / Prestador de Serviço

Assinatura do Colaborador / Prestador de Serviço

Departamento (caso aplicável)

Data

A ausência de leitura e/ou de assinatura desta declaração não afasta a responsabilidade dos Colaboradores e prestadores de serviços da Slat Gestora de Recursos e Consultoria Ltda. observarem e cumprirem com a Política.

Anexo II

Termo de Responsabilidade e Confidencialidade

Por meio deste instrumento, eu, _____, inscrito no CPF sob o nº [•] ("Colaborador"), subscrevo o presente Termo de Responsabilidade e Confidencialidade ("Termo"), tendo como objetivo preservar as informações pessoais e profissionais dos clientes da Slat Gestora de Recursos e Consultoria Ltda. ("Slat Gestora"), da própria Slat Gestora, bem como as informações confidenciais a que venha a ter acesso em decorrência de minhas funções na Slat Gestora. O Termo será regido pelas cláusulas que seguem:

1. São consideradas informações confidenciais ("Informações Confidenciais"), para os fins deste Termo:

a) qualquer informação escrita, verbal ou apresentada de modo tangível ou intangível, podendo incluir: *know-how*, técnicas, cópias, diagramas, modelos, amostras, programas de computador, informações técnicas, financeiras ou relacionadas a estratégias de investimento ou comerciais, incluindo saldos, extratos e posições de clientes e dos fundos geridos pela Slat Gestora, operações estruturadas, demais operações e seus respectivos valores, estruturas, planos de ação, relação de clientes, contrapartes comerciais, fornecedores e prestadores de serviços, bem como informações estratégicas, mercadológicas ou de qualquer natureza relativas às atividades da Slat Gestora; e

b) informações acessadas pelo Colaborador em virtude do desempenho de suas atividades na Slat Gestora, bem como informações estratégicas ou mercadológicas de qualquer natureza, obtidas junto aos sócios, administradores ou funcionários da Slat Gestora, de suas subsidiárias, coligadas, afiliadas ou controladas ou, ainda, junto a seus representantes, consultores, assessores, clientes, fornecedores e prestadores de serviços em geral.

2. Não se consideram Informações Confidenciais as informações que:

(a) à época ou após o seu fornecimento ou obtenção, sejam ou se tornem de domínio público por publicação ou qualquer outra forma de divulgação, sem que tal divulgação tenha sido feita em ofensa ao disposto neste Termo; ou

(b) ao tempo da divulgação, sejam conhecidas pelo destinatário, sem violação da lei ou do presente Termo;

(c) em virtude de lei, decisão judicial ou administrativa, devam ser divulgadas a qualquer pessoa; ou

(d) cuja divulgação tenha sido aprovada pela Slat Gestora.

3. Eu me comprometo a utilizar as Informações Confidenciais a que venha a ter acesso exclusivamente para desempenho de minhas atividades na Slat Gestora, comprometendo-me, portanto, observadas as disposições da Política de Regras, Procedimentos e Controles Internos ("Política") da Slat Gestora, a não divulgar tais Informações Confidenciais para quaisquer fins ou pessoas estranhas à Slat Gestora, durante a vigência do meu contrato individual de trabalho ("Contrato") e até 02 (dois) anos após sua rescisão.

3.1 Eu me obrigo a, durante a vigência do Contrato e por prazo indeterminado após sua rescisão, manter sigilo pessoal e profissional das Informações Confidenciais a que tive acesso, relativas aos diretores da Slat Gestora, a seus clientes e às operações realizadas pelos fundos geridos pela Slat Gestora.

4. A violação do dever de manutenção de sigilo, de qualquer Informação Confidencial poderá me obrigar a indenizar a Slat Gestora, seus sócios e terceiros prejudicados, nos termos estabelecidos a seguir.

4.1 Será considerada ilícito civil e criminal, ensejando inclusive sua classificação como justa causa para efeitos de rescisão de contrato de trabalho, desligamento ou exclusão do Colaborador, sem prejuízos do direito da Slat Gestora de pleitear indenização pelos eventuais prejuízos suportados, perdas e danos ou lucros cessantes.

4.2 A obrigação de indenização pelo Colaborador em caso de revelação de Informações Confidenciais subsistirá pelo prazo durante o qual o Colaborador for obrigado a manter as Informações Confidenciais.

4.3 O Colaborador terá a responsabilidade de provar que a informação divulgada indevidamente não se qualifica como Informação Confidencial.

5. Eu reconheço que:

(a) os documentos relacionados direta ou indiretamente com as Informações Confidenciais, são e permanecerão sendo propriedade exclusiva da Slat Gestora, razão pela qual me comprometo a não os utilizar para quaisquer fins que não o desempenho de minhas atividades na Slat Gestora. Tais documentos permanecerão em poder da Slat Gestora, salvo se em virtude de interesses da Slat Gestora for necessário que eu os mantenha fora das instalações da Slat Gestora;

(b) em caso de rescisão do Contrato ou de meu desligamento, deverão ser restituídos à Slat Gestora os documentos e cópias sob meu poder, que contenham Informações Confidenciais;

(c) a base de dados, sistemas computadorizados desenvolvidos internamente, modelos computadorizados de análise e avaliação de qualquer natureza, bem como arquivos eletrônicos, são de propriedade exclusiva da Slat Gestora, sendo proibida sua reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo; sua tradução, adaptação, reordenação ou qualquer outra modificação; a distribuição do original ou cópias da base de dados ou a sua comunicação ao público; ou, ainda, a reprodução, a distribuição ou comunicação ao público de informações parciais, dos resultados das operações relacionadas à base de dados;

(d) é proibida a instalação de *softwares* não homologados pela Slat Gestora no equipamento da mesma; e

(e) a senha fornecida para acesso à rede de dados institucionais é pessoal e intransferível e não deverá ser revelada a outra pessoa.

6. Caso eu seja requisitado por autoridades brasileiras ou estrangeiras a divulgar qualquer Informação Confidencial, eu deverei notificar a Slat Gestora a tempo de que este possa decidir sobre a propositura de medida judicial cabível para evitar a revelação. Caso a Slat Gestora não obtenha ordem judicial que impeça a revelação das informações em tempo hábil, o Colaborador poderá fornecer a Informação Confidencial solicitada, restringindo-se exclusivamente àquela que o Colaborador esteja obrigado a divulgar.

7. Este Termo é parte integrante das regras que regem a relação de trabalho do Colaborador com a Slat Gestora. Ao assiná-lo, o Colaborador aceita expressamente os termos e condições aqui estabelecidos. A violação das regras descritas neste Termo, sem prejuízo do disposto no item 3 e seguintes acima, será considerada infração contratual, sujeitando o Colaborador às sanções que lhe forem atribuídas ou recomendadas pela área de *Compliance* e Gestão de Riscos.

[Local], [•] de [•] de [•].

Nome do Colaborador / Prestador de Serviço